

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.909 - PI (2019/0057258-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : RAFAEL OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* por meio do qual se pretende, em síntese, a revogação da segregação cautelar decretada em desfavor de RAFAEL OLIVEIRA DOS SANTOS.

Entretanto, em consulta realizada na página eletrônica do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ, colheu-se a informação de que, em **10/6/2019**, sobreveio a prolação de sentença pelo Juízo de primeiro grau, ocasião em que o recorrente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de multa, por infração ao art. 157, *caput*, do Código Penal, oportunidade em que lhe foi negado o apelo em liberdade.

Na hipótese, está prejudicado o presente recurso voltado a abordar a legalidade da prisão provisória aplicada ao recorrente, visto que o Juízo sentenciante agregou novos fundamentos ao decreto construtivo originário para justificar o indeferimento do apelo em liberdade, isto é, o édito condenatório corresponde a decisão diferente da questionada na presente impetração, sendo, portanto, novo título a embasar a custódia cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário.

Ante o exposto, **julga-se prejudicado** o recurso em *habeas corpus*, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de junho de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**